A DISPUTA POR UMA LÍNGUA GALEGA: AS PESSOAS E A SUA INFLUÊNCIA NOS DOIS SISTEMAS DE ESCRITA - ILG-RAG (2012) E AGAL (1989)

THE DISPUTE FOR A GALICIAN LANGUAGE: PEOPLE AND THEIR INFLUENCE IN THE TWO WRITING SYSTEMS - ILG-RAG (2012) AND AGAL (1989)

Saulo Rogério Pacheco Rocha[1]
eu@saulo.ru
Angela Cristina Di Palma Back[2]
acb@unesc.net

RESUMO

Este trabalho trata de investigar duas propostas ortográficas para a língua galega, a oficial, proposta pelo Instituto da Língua Galega (2012) e a reintegracionista, proposta pela Academia Galega da Língua (1989). Ambas as propostas surgem de um contexto de intenso debate político que tem na língua galega e sua adoção no ensino e no uso cotidiano, um de seus palcos centrais. Para isso este trabalho partiu da concepção glotopolítica, de autores como Xoán Lagares(2011, 2012, 2018), Mônica Savedra (2012), Herrero Valeiro (2003), Henrique Monteagudo (2005, 2017), para investigar, nos argumentos e defesas de uma forma ou a outra, as implicações políticas e linguísticas que cada organização defende para a consolidação de uma visão de nação, povo e território, materializadas em sua forma linguística escrita. Este trabalho, que primeiro nasceu de uma curiosidade imensa, rendeu uma nova perspectiva para o cenário normativo e educacional brasileiro.

PALAVRAS CHAVES: Língua Galega; Gramaticalização; Norma Linguística.

ABSTRACT

This work aims to investigate two orthographic proposals for the Galician language: the official proposal put forth by the Instituto da Língua Galega (2012) and the reintegracionist proposal by the Academia Galega da Língua (1989). Both proposals arise from a context of intense political debate, where the Galician language and its adoption in education and everyday use are central stages. To accomplish this, the study draws on the glotopolitical conception of authors such as Xoán Lagares (2011, 2012, 2018), Mônica Savedra (2012), Herrero Valeiro (2003), and Henrique Monteagudo (2005, 2017), to investigate, within the arguments and defences of each proposal, the political and linguistic implications that each organization advocates for the consolidation of a vision of nation, people, and territory, materialized in its written linguistic form. This work, initially born out of immense curiosity, has yielded a new perspective for the normative and educational scenario in Brazil.

KEYWORDS: Galician language; Grammaticalization; Linguistic Standard.

[1] Mestrando em Linguística na Universidade Federal de Santa Catarina.
[2] Doutora em Linguística na Universidade Federal de Santa Catarina, professora do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

1 INTRODUÇÃO:

A língua galega é uma língua falada na Galiza, uma região ao noroeste da Espanha, logo ao norte de Portugal. O galego é um idioma intimamente ligado ao português, historicamente as duas línguas formavam uma só, chamada galego-português, cuja divisão no século 11 ainda gera debates, como será visto neste trabalho, a definição de uma língua pode ser um pouco complexa e arbitrária. De qualquer forma, a língua galga é, segundo dados oficiais[3], cerca de 2 milhões dos 2,8 milhões de habitantes da comunidade autônoma da Galiza falam galego em algum nível, ainda que essa realidade de uso seja um pouco mais complexa e plural que isso.

A língua galega durante a idade média, período em que se convenciona que termina o passado comum entre o português e o galego, fora língua de cultura e de intensa produção artística, até que, devido a diversas questões na natureza política, no século 16 seus registros escritos param de ser encontrados, período denominado "séculos escuros". No século 19 autores galegos alfabetizados em castelhano voltam a escrever em galego, muito influenciados pelos movimentos literários do romantismo, mas "utilizam basicamente o sistema gráfico desta língua para representarem o galego" (Lagares, 2011, p.121). Ao longo do primeiro terço do século 20 o galego passou por um breve período de reconhecimento oficial por parte do governo da Segunda República Espanhola.

Durante o século 20 até o final da década de 1970 a Espanha viveu um período de intenso conflito que culminou na instauração do regime de Francisco Franco, que, curiosamente, nasceu na Galiza. Durante a sua ditadura, o governo espanhol proibiu o uso de qualquer língua comum de qualquer língua que não a castelhana como uma forma de reforçar a identidade nacional espanhola, a língua galega que tinha recém começado seu processo de reconhecimento e ressurgimento cultural fora proibida, Da Torre e Silva (2016, p.15) mencionam cerca de 4.619 vítimas entre 1936 e 1939 num conflito que nem fora parte da guerra civil espanhola, apenas um massacre por parte das autoridades do regime Franco contra a população contrária, especialmente a porção ligada ao nacionalismo galego. O regime só tem seu fim, e o processo de reabertura democrática só começa, após a morte do ditador, ainda sim, sob severas críticas de tutela e continuísmo do período de extremo nacionalismo e autoritarismo, como denuncia Herrero Valeiro (2003) a respeito do processo de planificação linguística galego.

[3] Dados do Portal da Língua Galega, que pertence à Xunta de Galicia. Disponível em: <https://www.lingua.gal/o-galego/conhecelo/datos-basicos-da-lingua-galega>.

Nesse período nascera Xoán Lagares, atualmente professor na Universidade Federal Fluminense. Na apresentação da sua obra "Qual política linguística?" o autor conta um caso pessoal que tomaremos a liberdade de reproduzir, de forma a ilustrar como faz o autor, o cenário político e linguístico que este trabalho se propõe a introduzir. Lagares (2018, p.10) conta que nasceu com o nome de "Juan" devido a proibição do regime ao uso da língua galega, e que após redemocratização e a sua formação política, e até enquanto linguista, ele tomou a iniciativa de ir ao registro civil e "galeguizar" o seu nome para o atual "nome de guerra", como brinca o autor, "Xoán". O autor menciona que poderia ter escolhido outras formas como "Joám" ou até "João" que também são usadas na Galiza.

Foram histórias como essa do professor Xoán Lagares que alimentaram a curiosidade de procurar o porquê dessas formas tão similares e tão peculiares se alternarem, ainda mais numa língua tão próxima da nossa, mesmo que, como Lagares (2018, p.9) diz, "a ortografia [João com X] não a torne tão óbvia". Este trabalho, portanto, buscou na glotopolítica, área na qual Xoán Lagares é um dos expoentes no Brasil, e nos documentos normativos e históricos da Galiza, explicações para essas formas tão curiosas. Descobrimos, como veremos ao longo deste trabalho, que as questões ortográficas galegas e o aquecido palco de discussões político-linguísticas da Galiza do final do século 20 podem nos dar algum exemplo para o nosso próprio português brasileiro e o nosso sistema de ensino, especialmente de língua portuguesa, tão distante da realidade linguística dos alunos.

Este trabalho, portanto, está organizado em 3 partes, a que segue tratará de explicitar o ambiente teórico que guiará o olhar deste trabalho, a relação entre a política e a língua numa perspectiva glotopolítica, a segunda parte tratará de investigar duas propostas de norma gráfica para a língua galega, a oficial adotada pelo governo autônomo galego, fundamentada nas Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego (2012) e a proposta normativa reintegracionista, apresentada pela Academia Galega da Língua na obra "Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego" (1989). Ambas as obras apresentam de maneira clara os posicionamentos que levaram a propostas tão diferentes para a normativa da língua galega, essas diferenças e argumentações serão discutidas e se tornarão mais claras na seção que demonstra as escolhas das relações entre letras, dígrafos e acentos e seus respectivos sons e funções. A terceira parte se trata de uma breve conclusão, que buscará relacionar, como essa introdução buscou fazer, uma breve relação com o cenário brasileiro.

2 GLOTOPOLÍTICA E UMA VISÃO PARA O ESPAÇO DE DISPUTA

Na história da política e do pensamento a respeito a linguagem sempre teve uma área de intersecção, se ampliarmos a interpretação dos termos, a criação das gramáticas gregas pelos alexandrinos ou a adoção de certas variedades do grego ou do latim para os textos sagrados do cristianismo, e diversos outro possíveis exemplos, tanto no ocidente e suas regiões de influência quanto nas demais regiões e culturas, foram momentos em que se pode entender que decisões políticas e a linguagem tiveram alguma intersecção. É, no entanto, com os processos da modernidade, como o surgimento dos Estados nacionais, a organização das sociedades entorno dessa identidade nacional burguesa que torna a política mais claramente como uma agente em relação à linguagem, é onde gostaríamos de situar a discussão nesse primeiro momento.

Esse processo, dos Estados nacionais modernos agindo sobre a língua, é normalmente chamado de "planejamento linguístico", segundo Lagares (2018, p.21) o "planejamento linguístico incide principalmente sobre o *corpus* da língua, isto é, sobre a elaboração das formas gráficas, gramaticais e lexicais dos idiomas", se chamam planejamento linguístico as intervenções "racionais" de um poder político centralizador sobre principalmente o *corpus* de uma determinada língua, sua forma material e técnica. Como nos momentos em que Lagares, na mesma obra, menciona um exemplo de Abbé Grégoire, membro da constituinte após a Revolução Francesa no século 18, que teria feito uma pesquisa a respeito das línguas faladas na França do período, junto aos professores de escolas em todo o país, segundo o autor o objetivo dessa pesquisa era "fazer um diagnóstico da situação e planejar de forma eficiente uma política de imposição do francês" (De Certeau, Julia e Revel, 2002[4] *apud* Lagares, 2018, p.52), o que vai de encontro com o que Xosé Núñez Seixas (1995, p.494) afirma a respeito dos modelos de *nation building* francês e espanhol, segundo o qual o espanhol, desde o século 18 não passaria de uma "cópia superficial" e fracassada na imposição do idioma centralizador e no apagamento da viabilidade política do nacionalismo das identidades periféricas.

Para o autor, a linguística moderna, tanto aos moldes de Saussure quanto dos neogramáticos do século 19, ganha força desse lugar de aspiração ideológica estatal; o saber das famílias linguísticas europeias, por exemplo,

> Tinham uma clara funcionalidade política pois, colocado a serviço do Estado ou de um projeto nacional alternativo, desenhava os contornos da língua nacional e delimitava as suas origens. O mapeamento dialetal da nação, a rigorosa edição filológica de textos monumentais da literatura do país (mesmo antes de "o país" existir

[4] DE CERTEAU, Michel; JULIA, Dominique, REVEL, Jacques. Une politique de la langue. La Révolution française et les patois: l'enqête de Grégoire. Paris: Gallimard, 2002.

> como tal), a construção narrativa de uma continuidade histórica entre as falas descritas dentro das fronteiras fez com que a língua nacional parecesse uma realidade evidente e indiscutível, como uma "biografia" perfeitamente coerente com a história da própria nação (LAGARES, 2018, p.17)

O planejamento linguístico, portanto, armado de uma abordagem científica em relação à língua, cresce no século 20 dentro dos contextos de "modernização", ora da superestrutura colonial e pós-colonial, como os mencionados por Lagares (2018) a respeito dos projetos de "desenvolvimento" "orientados, em tese, para toda a sociedade, ligando a intervenção sobre as línguas à questão da coesão social do país." (p.21), o que garante que mesmo após a expulsão das forças coloniais, o projeto linguístico deixado nas colônias, embora muitas vezes ressignificado, se mantém. Ainda sim, da mesma forma que a ciência da linguagem foi instrumento da centralização política, ideológica e linguística, o século 20 também representará uma diversificação epistemológica, que permitirá à linguística também ser instrumento de crítica à centralização e análise dos meios pelos quais ela é feita, com atenção às línguas não hegemônicas num primeiro momento, e às hegemônicas num segundo.

Como expoente dessa área crítica, este trabalho tende a uma abordagem que se caracterizaria com o que é chamado "glotopolítica", que aparece desde pelo menos a década de 1950, nos Estados Unidos segundo Herrero Valeiro (2003), ao mesmo tempo que a sociolinguística, ainda que a história do termo seja "irregular" nas palavras de Lagares (2018). Mônica Savedra e Xoán Lagares (2012) exploram o conceito em "Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil" (2012), no qual classificam a glotopolítica enquanto uma "perspectiva de estudo que se apresenta como abordagem integral da política linguística" (p.13). Uma concepção que tem, como principal base para suas afirmações, o artigo-manifesto, como define Lagares (2018) "pour la glottopolitique", publicado pelos franceses Guespin e Marcellesi em 1986. Para Lagares (2018, p.32) a obra questiona a ligação direta das políticas linguísticas e as línguas minoritárias, apontando para a invisibilidade da política que também cerca as línguas hegemônicas, de uma centralidade e neutralidade dadas, na qual, quando há intervenções sobre o *corpus*, quando há políticas linguísticas, elas "são interpretadas mais como políticas do que como linguísticas (Lagares, 2018, p.32), a glotopolítica, por tanto, diz respeito a todas as esferas políticas em relação à língua.

Segundo Savedra e Lagares (2013, p.13), a intenção de Guespin e Marcellesi ao propor a glotopolítica era neutralizar a oposição entre *langue* e *parole*, designando todas as formas de ação social sobre a linguagem, toda *parole* influiria politicamente no que se conceberia como *langue*, a língua nacional, tornado a distinção pouco produtiva. No que diz respeito, por exemplo, à legislação sobre o *status* das línguas, mas também à repressão (mais

ou menos difusa) de determinados usos linguísticos ou à delimitação dos gêneros que podem ser matéria de avaliação nas escolas. (Savedra e Lagares, 2012, p.14) Para Herrero Valeiro (2003)_a glotopolítica de Marcellesi e Guespin buscaria

> "ocupar todo o âmbito de uma política global da língua, analítica mas também intervencionista, com o objetivo básico de neutralizar a oposição entre língua e fala; dessarte, a glotopolítica serviria para se referir às diversas aproximações que uma sociedade tem da acção sobre a linguagem, seja ou não consciente (HERRERO VALEIRO, 2003, p.1060)

A glotopolítica diz respeito, portanto, às esferas políticas no que tangem à língua, "às diversas aproximações que uma sociedade tem da acção sobre a linguagem, seja ou não consciente" (Herrero Valeiro, 2003, p.1060), a língua, mesmo em sua versão mais formal e pretensiosamente neutra, seria influenciada pelo social e pelo político. A glotopolítica também possui uma instância metodológica, prática. A respeito disso, partindo de Guespin e Marcellesi (1986), Savedra e Lagares (2012) afirmam que

> Para a análise das práticas glopolíticas, ambos os autores propõem levar em consideração os agentes sociais que intervém nelas, estudando a ação das forças sociais, mediante conceitos de análise provenientes do marxismo, assim como as instâncias em que se realizam as ações, sejam academias, órgãos de governo ou o próprio campo dos estudos linguísticos. Por último, como utensílios de análise, são usados tanto parâmetros linguísticos como sociais, o que faz com que os autores interpretem a glotopolítica como um braço hoje necessário da sociolinguística, ou segundo Malmberg (apud Ninyoles 1991, p. 52), numa espécie de linguística aplicada. (SAVEDRA e LAGARES, 2012, p.12)

A glotopolítica, nessa perspectiva, pode ser entendida como um "braço" mais específico da sociolinguística, que trabalha com base em "utensílios de análise" materiais e dialéticos, que, muitas vezes, até podem parecer distantes da linguística como se conhece mais comumente, mas que precisa afastar-se para analisar justamente o contato do extralinguístico, social, sobre o linguístico.

> Por outra parte, Guespin e Marcellesi (1986, p. 16) esclarecem que o termo glotopolítica pode ser utilizado com dois fins: como evocação das práticas e para a designação da análise, sendo, portanto, ao mesmo tempo uma prática social, à qual ninguém escapa, pois as pessoas fariam glotopolítica sem o saber, seja um simples cidadão ou um ministro de economia, como uma disciplina dos estudos linguísticos. (SAVEDRA e LAGARES, 2012, p.14)

Percebe-se que, dessa forma, a glotopolítica na sua dimensão polissêmica, na medida em que pode designar tanto as ações políticas e sociais sobre a língua, a política linguística, "uma prática a qual ninguém escapa" (Savedra e Lagares, 2012, p.14) por um lado; e, por outro, uma ciência ligada à sociolinguística e à linguística de maneira geral. No entanto,

segundo os autores, que evocam Elvira Narvaja de Arnoux (1999)[5], a fronteira entre esses dois entendimentos do termo não existe de maneira tão delimitada, não há a figura do linguista distante, do gramático, nem a do professor que apenas transmite uma forma mais conveniente de uso linguístico; em uma perspectiva glotopolítica, há agentes transformadores da língua.

Savedra e Lagares (2012) afirmam que a maioria dos autores da área utilizam as definições de Calvet (1987, 1996,)[6] para termos como "política linguística" ou "planificação linguística". Os dois termos fazem, nessa perspectiva, referência às decisões do poder público no que diz respeito à língua, "quais línguas serão fomentadas, ensinadas ou eventualmente reprimidas e eliminadas; de quais funções as línguas terão ou deveriam ter, de que espaços sociais ocuparão". (Savedra e Lagares, 2012, p.15). Dentro do campo de estudos da Planificação Linguística surge, na década de 1960, uma perspectiva "tecnocrática" de política linguística, segundo a qual os "problemas linguísticos nacionais" são solucionáveis a partir da intervenção de especialistas.

Monteagudo e Lagares (2017, p.14) também afirmam que esta perspectiva linguística ganha mais força na área dos estudos linguísticos a partir do cenário da descolonização africana e asiática, quando nascem novos e diversos países, oriundos de antigas províncias coloniais europeias, que adotarão como modelo a forma homogeneizante europeia; em outras palavras, advogam por uma identidade e coesão próprias seguindo os princípios nacionais europeus, a exemplo do estabelecimento de uma língua oficial-nacional, o que deixa todas as outras línguas existentes em seu território, com *status* de, no máximo, "cooficialidade". Essa perspectiva de políticas linguísticas de cunho tecnocrático, que se dizem neutros, e que buscam uma "padronização benéfica para a sociedade", é instituída como parte da construção nacional.

A crítica, no entanto, reside exatamente no exposto a respeito da glotopolítica, independente de haver ou não benefícios, não há uso neutro ou técnico de forma imparcial, especialmente a partir da política oficial, das legislações, como consequência de toda a história de disputa pela constituição dos poderes estabelecidos, no que diz respeito à idade contemporânea, na qual instituições como o ensino formal universal se expandiram consideravelmente. Os poderes constituídos nos estados nacionais que moldaram a própria ideia de língua enquanto fenômeno homogêneo e fixo num altar de ícones nacionais, e é, nesse âmbito, a constituição ideológica do Estado que, com base nas condições materiais e históricas

[5] NARVAJA DE ARNOUX, Elvira. Política linguística: los contextos de la disciplina. Políticas Linguísticas para América Latina. Actas del Congreso Internacional, 1997, Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, p. 13-24, 1999.
[6] CALVET, Louis-Jean. La guerre des langues et les politiques linguistiques. Paris: Payot, 1987. e CALVET. Les politiques linguistiques. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

de suas elites e por meio de seus mecanismos de controle como a educação ou mídia, que consagrará a forma normativa da língua.

Em contextos de produção de uma nova norma linguística, a forma linguística adotada pelo Estado é adotada pela comunidade falante da língua por meio do convencimento, da necessidade impostas pelos meios materiais e, especialmente, por meio da autoridade e legitimidade percebida que o órgão regulador da língua exerce sobre a comunidade; essas grandes escolhas tomadas pelo poder moldam ideologicamente a identidade linguística da comunidade, a sua relação com as línguas vizinhas, bem como a relação de identificação de seus falantes com a variedade escrita da língua. (Monteagudo e Lagares, 2017).

> Em todo o caso, a questão fundamental que se coloca nos processos de padronização tem a ver com a autoridade: Quem pode fazer isso? Sobre que bases ideológicas e com que objetivo se empreende a padronização? É por esse motivo que preferimos falar em "dinâmicas normativas" para nos referir aos processos de padronização, entendidos não como a simples aplicação de critérios técnicos para resolver o problema da homologação das línguas, mas como processos históricos em que intervêm agentes com interesses e aspirações diferentes, em âmbitos sociais modelados por representações linguísticas e por ideologias frequentemente em conflito (Monteagudo e Lagares, 2017, p.16)

Essa problemática se mostra clara no processo de normatização linguística que a língua galega passou durante a década de 1980, no qual ao final de uma ditadura que proibia a língua, o governo regional recém formado de centro direita gerava suspeitas às parcelas contra-hegemônicas da política galega, pois, além das dinâmicas de normatização propostas pelas elites intelectuais levassem a língua galega escrita a "se parecer" com a língua castelhana, o "bilinguismo harmônico", como conta Lagares (2011, p.101) adotado como forma de inserir a língua nos contextos normais de uso, diminuía o problema das diferenças de contexto e a subalternização que a língua galega tinha em relação à castelhana, o que prejudicaria sua revitalização aos espaços "normais". Restou às forças de esquerda e nacionalistas galegas a reivindicar diferentes espaços para a língua galega, a Confederação Intersindical Galega (CIG), por exemplo, desde pelo menos 1999 denuncia a política "chamada de "bilingüismo harmónico" que favorece o castelán e, de prolongar-se, conduciria á total asimilación do galego" (CIG, 1999, p.3). As críticas desses setores foram ouvidas pelo governo de centro-esquerda eleito brevemente eleito em 2005, segundo Lagares (2011) que propôs, em 2007, um novo decreto em que

> estabelecem-se concretamente as áreas e matérias que serão oferecidas em língua galega, tanto na educação primária (matemáticas, conhecimento do meio natural, social e cultural e educação para a cidadania e direitos humanos), como na secundária (ciências da natureza, ciências sociais, geografia e história, matemáticas e educação para a cidadania). (Lagares 2011, p.115)

O autor afirma que esse decreto não apenas gerou a desvinculação do partido de centro direita do acordo sobre as políticas linguísticas, mas também gerou uma grita de jornais e "intelectuais" em toda a Espanha, denunciando a "imposição do galego" e a "falta de liberdade escolha dos estudantes pelo castelhano". O autor conclui, afirmando que a virulência que tomou o debate sobre a política educacional neste período demonstra como o conflito linguístico é uma questão não resolvida.

A problemática deste processo, no cenário galego, consiste exatamente na fundamentação da dinâmica normativa e das forças políticas que se movimentam para essa dinâmica, como ilustrado no cenário acima. A formação da atual Comunidade Autônoma da Galiza, e o *status* de cooficialidade que os idiomas periféricos[7] receberam, parecem ser conceções mal engolidas pelo Estado espanhol pós-franco e os setores mais beneficiados pelos aspectos ideológicos de *españolidad* do regime, os diferentes interesses e aspirações políticas que estavam em conflito se refletem na dinâmica normativa, para o processo de "padronização" da língua. E, novamente, para que uma norma seja reconhecida pela comunidade falante, ela deve partir de uma autoridade tida como legítima, o que, no cenário o galego da redemocratização, a legitimidade das instituições e do governo autonômico, com funcionários que trabalhavam na administração franquista, as forças democráticas, nacionalistas e de centro-esquerda, principalmente, questionavam. Daí, a legitimidade das autoridades linguísticas, suas instituições e órgãos públicos, por mais que favoráveis à língua galega e galeguistas que fossem, compactuavam e advogavam por uma visão de Galiza autonomista, o que diferia de outros movimentos nacionalistas que viam na língua galega não apenas uma língua de herança cultural ou de uso normal dentro do território autônomo, mas de possível inserção política, ideológica e cultural na lusofonia.

Em suma, haveria dois grandes e plurais discursos que durante a década de 1980 consolidam tradições ortográficas e normativas, o primeiro seria o grupo formado pelos autonomistas, que seguem as normas oficiais estabelecidas pela Real Academia Galega, segundo Lagares (2011, p.108) a lei galega de normalização linguística de 1983 continha

> Uma única disposição adicional concede à Real Academia Galega, instituição privada promovida pelo movimento galeguista em 1905, em Cuba, e fundada no ano seguinte na Corunha, autoridade em matéria de fixação normativa e no estabelecimento de critérios de correção linguística. (Lagares 2011, p.108)

[7] Nomeadamente o basco, o catalão e o galego. Lagares (2011, p.106) conta que o trecho constitucional espanhol pós-franco foi cuidadosamente escrito para não apenas não nomear tais línguas como também para deixar de fora "modalidades linguísticas" que não gozavam do status que as três línguas acima possuem, essas modalidades seriam, segundo o autor, "são o asturiano, o leonês, o aragonês e o aranês e, talvez, o andaluz e o estremenho."

A Real Academia Galega (RAG), no entanto, se junta ao Instituto Galego da Língua, pertencente à universidade de Santiago de Compostela e unifica suas normas num processo um tanto polêmico[8], criam uma síntese de suas regras, devido às duas instituições já publicarem sobre o tema desde 1970 (Fouces, 2001).

Em crítica à norma e à forma como são publicadas, os diversos setores galeguistas de vertente reintegracionista publicam artigos e estudos até que se organizam em torno da Academia Galega da Língua (AGAL), que publicará anos mais tarde um estudo crítico das normas e uma proposta normativa reintegracionista. Esse cenário de disputa, que culmina na publicação e proposição de normas ortográficas e morfológicas que desafiam as adotadas oficialmente, demonstra um aspecto de uma discussão mais ampla, , tais discursos manifestam-se simbolicamente na grafia da língua e disputam não apenas a norma a ser utilizada, qual grafia, tampouco apenas qual identidade linguística e social é a legítima, o que se disputa, em última instância, é qual seria narrativa "legítima" do que é a língua galega, e, a partir disso, o que é o povo galego e qual a sua relação e posição no e com o mundo. A próxima seção, portanto, coloca as normas em paralelo, tanto para conhecê-las como para problematizá-las.

3 AS NORMAS E SEUS PRINCÍPIOS

Por mais que saibamos que a glotopolítica possa explicar as tensões acerca da legitimidade do que é a língua galega, o ponto central deste trabalho serão as propostas de sistemas de representação gráfica da língua, a norma oficial proposta pela Real Academia Galega e pelo Instituto da Língua Galega e a proposta reintegracionista com base no Estudo Crítico da Academia Galega da Língua, assim como as consequentes narrativas que sustentam e que criticam a norma, porque é a partir destas, assim como da norma propriamente dita, que se desprendem os debates a respeito da língua e sua legitimidade constitutiva.

Dessa forma, para a análise das normas, mas principalmente de suas divergências, será tomada como ortografia autonomista o proposto nas "Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego" (2012) do Instituto da Língua Galega e da Real Academia Galega (doravante ILG-RAG), ainda que, segundo Cáccamo e Herrero Valeiro (1996, p.148), existam usos ortográficos divergentes que tornam a ortografia galega mais "espanholizados" na Galiza. Como contraponto, se mobilizará a norma reintegracionista, proposta utilizada pela Academia

[8] Fouces (2001, p.15) relata que em 18 de junho de 1982 os membros da RAG foram convocados para uma reunião extraordinária para estudar a unificação das normas, a convocatória incluía um rascunho da proposta de unificação e um pedido de que a reunião seja feita em segredo da imprensa; o que não acontece, a informação é vazada, os jornalistas aparecem e é permitida a entrada apenas dos jornais "La Voz de Galicia" e "El Ideal Gallego", o jornal em galego "A Nosa Terra" é recusado, após isso as normas unificadas são publicadas.

Galega da Língua (doravante AGAL), pois, é a norma que, por um lado mais se aproxima da língua portuguesa e que, por outro, apresenta um contraponto político e identitário à norma oficial adotada pelo governo autonômico, contraponto este deixado claro nas defesas pelas escolhas prescritas no Estudo Crítico (1989).

Como obra que sirva de diálogo entre as duas propostas normativas, se utilizarão os "Estudos Críticos das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego", da AGAL (1989), tomando como certo que esta obra é parcial, pelos dois seguintes motivos: primeiramente, por mais que seja uma obra de clara crítica, ela consiste, e este trabalho admite o mérito, num estudo aprofundado e bem organizado da norma ILG-RAG em segundo lugar, quando se lê a norma (ILG-RAG) em paralelo ao Estudo Crítico, percebe-se um diálogo muito proveitoso, do ponto de vista de estudo, ainda que a norma ILG-RAG, por gozar do *status* de oficialidade, se reserve do direito de responder, devidamente o Estudo Crítico como veremos na seção a seguir, mesmo em suas diversas republicações. Por isso o exemplar utilizado neste trabalho, a vigésima terceira edição, de 2012, ainda apresenta os elementos criticados pelo Estudo Crítico de 1989 à sua primeira edição de 1982, ainda sim, algumas alfinetadas possam ser percebidas.

3.1 INTRODUÇÃO ÀS *NORMAS ORTOGRÁFICAS E MORFOLÓXICAS DO IDIOMA GALEGO, INSTITUTO DA LÍNGUA GALEGA E REAL ACADEMIA GALEGA (2012)*

Também conhecidas como "normas ILG-RAG", as "Normas Ortográficas e Morfolóxicas do idioma galego" constituem aquilo que Fouces (2001, p.15) chama de "cánone isolacionista", é a obra normativa adotada como oficial pelo governo autonômico desde a lei de normatização linguística de 17 de novembro de 1982, seu uso é obrigatório para a administração, para os partidos políticos, para o ensino das escolas, além de ser utilizada por grande parte do mercado editorial. Segundo o próprio limiar da obra, as Normas ILG-RAG foram constituídas a partir das propostas normativas anteriores: "Normas Ortográficas do Idioma Galego", publicadas pela Real Academia Galega em 1970, e as "Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego"[9], também publicadas pela RAG, mas no ano seguinte (1971). Além disso, como o acrônimo "ILG-RAG" deixa a entender, as Normas de 1982 foram produzidas em conjunto, num processo um tanto quanto polêmico[10], com o Instituto da Língua

[9] Homônima da obra de 1982.

[10] Ver Oscar Dias Fouces, Apontamentos sobre a socializaçom do reintegracionismo. In: Agália, Ourense: Associaçom Galega da Língua, n. 67/68, 2001, p.15.

Galega, da Universidade de Santiago de Compostela, que durante este mesmo período, a primeira metade da década de 1970, publicou três "manuais de aprendizagem da língua".

As normas, de acordo com o prólogo da própria obra, foram criadas segundo os seguintes princípios:

> 1. A lingua normativa ten que estar ao servizo da cultura dun pobo real e concreto, e por tanto ha de ser necesariamente continuadora da lingua falada pola comunidade e ha de achegarse canto sexa posible a ela, a fin de enraizar sobre bases seguras e vivas. Agora ben, para que estas bases sexan efectivamente sólidas, a norma debe acoller un galego fiel a si mesmo e limpo de canto de alleo innecesario hai incrustado na fala viva pola presión do castelán. É dicir, a lingua común debe ser o máis galega posible, establecida sen sometementos nin dependencias, con atención escrupulosa á estrutura e características lingüísticas do galego. (ILG-RAG, 2012, p.9).

A norma teria sido pensada para estar a serviço do uso, como continuadora da língua falada, buscando uma norma "mais galega possível", que represente um galego fiel a si mesmo e "limpo da pressão do castelhano". A norma ILG-RAG, apesar das críticas, demonstra, pelo menos em seus princípios, o interesse em depurar a língua das influências do castelhano em busca daquilo que chama de "galego". A concepção do que seria o galego, no entanto, é compreensivelmente omitida da obra, o discurso a respeito da natureza identitária do galego é omitida para ser preenchido pelo que a obra apresentará com galego, num paralelo do ideal de neutralidade comumente encontrado em discursos oficiais. O segundo princípio é:

> 2. O galego normativo ten que ser o vehículo expresivo común e válido para todo o pobo galego, voz apta e dispoñible para as súas manifestacións tanto escritas coma orais, tanto artísticas coma utilitarias. Consecuentemente, o galego común non pode basearse nun único dialecto, senón que debe prestar atención preferentemente á extensión xeográfica e demográfica das formas para seleccionar as normativas. Ha de ser, pois, supradialectal e lograr que o maior número posible de falantes galegos se identifiquen coas solucións acordadas. (ILG-RAG, 2012, p.9)

A língua galega, por ser falada historicamente por uma população muito rural, de uma região montanhosa, e por ter um longo período em sua história careceu de uma forma escrita, possui uma (relativa) grande quantidade de variedades orais, chamadas pelo trecho acima de "dialetos", os quais a norma ILG-RAG se propõe a representar de forma "supradialetal". Além da intenção de não privilegiar uma variedade geográfica específica, o segundo princípio também ressalta o propósito de servir como veículo expressivo "común e válido" para todo o povo galego. O uso da palavra "povo", e não um sinônimo que sirva para esse contexto, como "comunidade falante", funciona como um reconhecimento da comunidade imaginária galega, que, uniria essas diversidades dialetais numa forma escrita única, centralizada e representativa desse "povo", mais ainda, que a maior parte dos falantes de galego "se identifiquem com as soluções acordadas", ou seja, a ideia de uma centralização da identidade por meio da identificação do maior número de falantes nas formas escolhidas,

somando-se ao primeiro princípio, essa identificação também estaria relacionada a posição à "presión do castelán" mesmo para as normas denominadas autonomistas.

> 3. O galego común debe seguir as boas tradicións da antiga língua galega que sexan compatibles coa maneira de ser moderna da lingua, de xeito que as formas tradicionais sexan preferidas ás máis innovadoras e evolucionadas. Debe recoñecer tamén a súa propia literatura e cultura máis recentes, emparentando así con todos os escritores anteriores e aceptando solucións xa consagradas polo uso. (ILG-RAG, 2012, p.9)

O terceiro princípio é, talvez, parte de uma das principais divergências entre as duas normas, pois as normas ILG-RAG já partem do princípio de conservador e optam por "boas tradições" e as "formas tradicionais", e é a escolha de qual tradição conservar e quais inovações aderir que torna o discurso identitário das normas ser diferente. As normas ILG-RAG tomam como modelo e tradição a história moderna da língua, tradição que se inicia no "ressurgimento da língua" escrita galega, no século19, que, como discutido anteriormente, é reconhecidamente castelhanizada. A norma AGAL, como será descrita na próxima seção, busca formas divergentes, tanto na tradição portuguesa, quanto na tradição medieval galega, argumentando pela reconstrução dessa Galiza tida como mais "autóctone".

> 4. As escollas normativas deben ser harmónicas coas das outras linguas, especialmente coas romances en xeral e coa portuguesa en particular, evitando que o galego adopte solucións insolidarias e unilaterais naqueles aspectos comúns a todas elas. Para o arrequecemento do léxico culto, nomeadamente no referido aos ámbitos científico e técnico, o portugués será considerado recurso fundamental, sempre que esta adopción non for contraria ás características estruturais do galego. As escollas deben decidirse de acordo cun criterio de coherencia interna, a fin de que o galego común non resulte arbitrario e incongruente. (ILG-RAG, 2012, p.9)

Além de buscar uma harmonia com as demais línguas, principalmente as línguas da Europa ocidental, a norma ILG-RAG também reconhece a relação particular com a língua portuguesa, deixando explicitado em seus princípios que suas escolhas buscarão uma particular harmonia com ela. A menção do contexto científico e técnico aqui é um ponto crucial, Lagares (2011) menciona a falta de documentação técnica em galego, esse corte de funcionalidade para língua, a ciência e trabalho estar sempre relacionada a outra, é um dos grandes desafios para idiomas no contexto do galego, e a escolha, mesmo que teórica, pelo modelo do português e não do castelhano como referência demonstra a necessidade, mesmo dos autonomistas, em marcar uma diferença que dará à língua galega espaço como língua técnica e científica. Estes são os quatro princípios que as Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego apresentam como norteadores. É também com base nestes princípios que a obra a seguir fez muitas de suas críticas a esta normativa e montou algo análogo aos seus princípios próprios, o Estudo Crítico da AGAL apontam diversas lacunas, segundo seus juízos de valores, no cumprimento destes princípios.

3.2 INTRODUÇÃO AO *ESTUDO CRÍTICO*[11] *DAS NORMAS ORTOGRÁFIAS E MORFOLÓXICAS DO IDIOMA GALEGO (ILG-RAG), ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA, 1989*[12]

Esta obra, publicada pela Academia Galega da Língua, cerca de um ano após a publicação da primeira edição das Normas ILG-RAG, consiste em basicamente duas partes: a primeira de Estudo Crítico das normas ILG-RAG, e, na segunda parte, a AGAL, que publica a obra em 1989, propõe a sua própria ortografia, que, como contraponto à norma autonomista, propõe a reintegração da língua galega à LP.

As normas AGAL não apresentam princípios tão claros quanto as da ILG-RAG, mesmo havendo um capítulo dedicado aos "princípios de que partimos" (AGAL, 1989, p.39); tem-se, no entanto, um preâmbulo muito análogo:

> A normativa ortográfica, que se propuxer para o galego, dependerá do conceito que se tenha sobre o *território e a sociedade*, sobre a *cultura* e a *história* de Galiza, como povo no conjunto dos povos.
> Se Galiza se delimita como «Galicia» («La Coruña», «Lugo», «Orense» e «Pontevedra»[13]), *regiom* constituída por catro províncias do Estado Espanhol; se a *comunidade lingüística galega*, desde todas as perspectivas possíveis, fica reduzida às persoas que nesse território *falam* galego e quiçá o escrevem de algum modo; se o centro da *cultura galega*, da popular e mormente da elaborada, se situa por vezes na Terra pero máis amiúde na capital do Estado; se a *história* da sociedade galega se submete à geral espanhola ou só se retrotrai ao século XIX e talvez ao XVIII, entom a normativa derecta escrita, que oferecer para o galego quem assi opine, será concorde sem dúvida com esta visom, para nós decerto estreita, de Galiza. (AGAL, 1989, p.31)

A AGAL pretende que sua norma, em relação à terra, parta de um ponto diferente, de uma concepção diferente do que seria o povo que fala a língua a ser normatizada, não com entendidos anteriormente, de um ponto de vista de uma neutralidade difusa pelo oficialesco, mas de uma perspectiva claramente crítica, a visão de um povo galego não seria submetida à cultura espanhola ou ao Estado espanhol, pois esta seria uma "visão estreita de Galiza". A partir desta introdução, a AGAL propõe seus quatro pontos que poderiam ser chamados de "princípios":

> a) A normativa ortográfica galega depende do conceito que se tenha do território em que se usa o galego. Admitir que em Portugal, Brasil, Angola, Moçambique... se falam variedades do galego, conduz a elaborar a *língua-padrom*, para a escrita e para a fala,

[11] Além do estudo crítico, esta edição também possui a proposta ortográfica da AGAL, a qual usarei como o contraponto ortográfico reintegracionista às normas ILG-RAG.
[12] Trata-se da 2ª edição da obra, publicada em 1989 , a primeira edição, já citada neste trabalho, foi publicada em 1983, um ano após a publicação da primeira edição das normas ILG-RAG. Mesmo esta segunda edição do Estudo Crítico sendo de 23 anos mais velha que as normas ILG-RAG que se apresenta neste trabalho, suas críticas continuam válidas, pois não foram levadas em conta nas republicações seguintes ao Estudo Crítico.
[13] As formas dos topônimos "Galicia, La Coruña, Orense, Pontevedra" são tidas pelos reintegracionistas como castelhanizadas, estes utilizam, em contraponto, as formas"Galiza, A Corunha, Ourense, Ponte-vedra".

> de modo que seja válida para a Galiza e concorde, no possível, cos padrons lingüísticos usados nesses territórios. A este fim, a *lingüística* e *dialectologia comparadas* podem servir de grande ajuda. (AGAL, 1989, p.31-32)

Como explicitado no trecho anterior e nas descrições do que seria o reintegracionismo linguístico, a norma AGAL reconhece a língua galega e a língua portuguesa como variedades do mesmo idioma, e, com base nessa percepção territorial de língua, ao incluir as regiões de língua portuguesa, criar uma forma ortográfica da língua que fosse compatível com a utilizada nesses territórios tornaria o espaço de uso do galego mais amplo.

> b) Considerar que todos os habitantes de Galiza podem e devem *viver* nela *em galego*, como em Castela se vive em castelhano, induz a normativizar o galego de maneira autónoma, sem forçar o seu sistema em aras de «evitar conflictos lingüísticos co español» (sic)[14].Para isto, a *sociologia da linguage* e a *sociolingüística* oferecem dados e instrumentos apropriados.
> Por outra parte, sustentar que os falantes, em grupos e encanto indivíduos, *falam desigualmente galego*, impele, precisamente, a recolher da «fala viva», como normativas, as formas galegas e nom as espúrias. Os princípios e achados da *geografia lingüística*, a *neo-lingüística* e a *sociolingüística* (*espacial*) serám sumamente úteis para precisar as *formas galegas*, eliminando as adventícias.(AGAL, 1989, p.32)

Da mesma forma que a ILG-RAG diz buscar uma norma que seja autêntica, representativa da língua falada e da "língua-viva", supradialetal, a AGAL também o faz, ainda assim, o reconhecimento das variedades, no entanto não parece estar em choque com a noção de uma norma linguística centralizada, o reconhecimento das falas divergentes é uma premissa para delas recolher as "normativas". Dessa forma, ainda que a noção de uma autoridade sobre uma população em um território seja mais difusa na concepção da AGAL, que leva em conta a lusofonia para a forma escrita dessa comunidade galega, a obra propõe à linguística como solução para conciliar tais demandas, o recolhimento do social para prescrição normativa e a conciliação com a lusofonia para ampliação do espaço utilitário e cultural da língua, para a possibilidade de se "viver em galego", como fica mais claro no próximo trecho:

> c) Potenciar a cultura galega de maneira autónoma, mais em comunidade com *todas* as outras expressons culturais de Ocidente, implica tamém a existência de regras de recta escrita que nom entrem em contradiçom (sempre que for possível) coa normativa dos idiomas da nossa área cultural. Logicamente, a ajeitada comparaçom das escritas dos distintos idiomas tem aqui o seu lugar. (AGAL, 1989, p.32)

A norma AGAL, em assim como a ILG-RAG, afirma buscar uma convergência com as formas ortográficas das outras línguas da mesma "área cultural", a AGAL, no entanto,

[14] Este "sic" está presente no documento original e parece fazer referência à forma como esse argumento entre aspas está escrito, não parece ser uma citação das Normas Ortográficas e Morfolóxicas (2012), nem de edições anteriores.

afirma isso em nível "cultural", pois pretende "potencializar a cultura galega" o que implica em um maior intercâmbio linguístico-cultural com outras áreas culturais ocidentais "de maneira autônoma", ou seja, livre da presença cultural espanhola.

> d) Admitir que a *história de Galiza* se estende mesmo até os tempos da romanizaçom, e inclusive antes, obriga a ter em conta as manifestaçons escritas, galegas sobretodo, que se dérom durante todos estes séculos. Isto é: A escrita actual deve concordar coas escritas anteriores do galego e mantê-las no que for possível, segundo indicamos máis abaixo.
> A *história da língua* sinalará as formas originariamente galegas, assi como a grafia que lhes corresponde. A respeito disto, cremos necessário sinalar que se há de atender, sobretodo, para as épocas em que o galego era língua *normal* de Galiza. Nem o século XIX nem o XX som, neste aspecto, modélicos. (AGAL, 1989, p.32)

Ao contrário da norma ILG-RAG, que busca como modelo de galego escrito os usos dos séculos 19 e 20, a AGAL rejeita estes usos como inspiração para buscar um resgate das tradições gráficas do galego anterior aos séculos escuros[15]. O termo "normal", em itálico no original, pode fazer referência ao conceito de normalização que foi muito caro aos nacionalismos linguísticos da Espanha, especialmente o catalão, Lagares (2011) discute com profundidade a questão da normalização linguística na Espanha, de maneira breve, o autor afirma que a normalização diz respeito "ao processo que leva uma língua dominada a ser de "uso normal" para todas as funções habituais de línguas oficiais e hegemônicas numa determinada sociedade." (p.109), ou seja, a norma AGAL afirma buscar uma forma histórica originalmente galega, que só seria encontrada num período histórico em que o galego era a língua "normal" de Galiza, e este *normal* está estritamente relacionado, não apenas o galego era usado de forma habitual e oficial do galego por parte dos galegos, mas em seu uso hegemônico, soberano.

A região galega após os séculos escuros (séculos 16) perde o galego como língua "normal", os usos posteriores, portanto, poderiam ser entendidos "castelhanizados", pois, em comparação com uma história milenar de cultura galega, os poucos séculos de tradição castelhanizada seriam pouco significativos na tradição linguística, ainda que mais modernos e bem documentados. Além da discordância destacada anteriormente, este último princípio demonstra como a pretensão da AGAL perpassa meramente a representação da língua, a admissão de uma história galega que antecede até a romanização é quase uma constatação civilizacional, estender a comunidade imaginada às cortinas da história é buscar a legitimação de uma cultura galega milenar, que sustenta seu direito por autodeterminação.

[15] Período entre os séculos 16 e 19 no qual a língua galega perde sua forma escrita.

4 OS SISTEMAS DE REPRESENTAÇÃO POSTOS EM PARALELO

Por conta da grande varação na escrita do galego até a década de 1980, quando ambas as normas são produzidas, há, nas primeiras páginas de cada uma das obras uma curiosa relação entre grafemas e fonemas, que lembra muito as primeiras gramáticas da língua portuguesa, que busca deixar explícito qual letra ou dígrafo a qual som da língua. A escolha de cada letra dá à língua uma identidade visual que corresponde às aspirações dos grupos políticos por trás das soluções encontradas, a discrepância nessas escolhas pode demonstrar qual língua galega cada grupo defende. O quadro a seguir traz uma reprodução dos quadros da proposta ortográfica da AGAL, presente no Estudo Crítico (1982), à esquerda, enquanto à direita há o quadro apresentado pelas Normas Ortográficas e Morfolóxicas ILG-RAG (2012); se optou por preservar integralmente as informações em cada quadro, portando as discrepâncias em nomenclatura, capitalização, convenção para colocação de símbolo fonético-fonológico, adição entre parênteses, são todas discrepâncias presentes nas obras originais, as célula hachuradas, no entanto, são as diferenças que serão abordadas após o quadro.

Quadro 1: relação Letra-Nome-Fonema/Pronúncia das duas normas.

AGAL				ILG-RAG		
Letra	Nome	Fonema		Letra	Nome	Pronúncia
a	A	/a/		a	a	[a]
b	Bê	/b/		b	be	[b]
c	Ce	/k/(+ a, o, u) /θ/ ou /s/ (+ e, i)		c	ce	[θ] (ou [s]), [k]
d	Dê	/d/		d	de	[d]
e	E	/ɛ/ ou /e/		e	e	[e], [ɛ]
f	Efe	/f/		f	efe	[f]
g	Gê	/g/ (+ a, o, u) ou /ʃ/ (+ e, i)		g	gue	[g] (ou [h])
h	Agá	-		h	hache	- (cero)
i	I	/i/		i	i	[i]
j	Jota	/ʃ/		l	ele	[l]
l	Ele	/l/		m	eme	[m]
m	Eme	/m/		n	ene	[n]
n	Ene	/n/		ñ	eñe	[ɲ]
o	O	/ɔ/ ou /o/		o	o	[o], [ɔ]
p	Pê	/p/		p	pe	[p]
q	Quê	/k/		q	que	[k]
r	Erre	/ɾ/ /r/		r	erre	[ɾ], [r]
s	Esse	/s/		s	ese	[s̪]
t	Tê	/t/		t	te	[t]
u	U	/u/		u	u	[u]
v	Uvê	/b/		v	uve	[b]
x	Xis	/ʃ/, /ks/ ou /s/		x	xe	[ʃ], [ks̪]
z	Zeta	/θ/ ou /s/		z	zeta	[θ] (ou [s])

Fonte: AGAL, 1989, p.183-184 (à esquerda) ILG-RAG, 2012, p.13 (à direita).

Entre as divergências na relação letra-nome-fonema/pronúncia em cada norma destacadas no quadro acima, discutiremos abaixo as justificativas e os diálogos críticos entre as normas:

- Letra "g" – ambas as propostas reconhecem o desuso do fone [ʒ] no idioma galego, as normas ILG-RAG afirmam que "Na actualidade o [ʒ] medieval enxordeceu em [ʃ], confluíndo, deste modo, co [ʃ] procedente doutras orixes" (ILG-RAG, 2012, p.15); do mesmo modo a afirmação também vale para a norma AGAL, que converge com a norma ILG-RAG na medida em que ambas excluem este fone de suas relações. Ambas as normas reconhecem o uso comum do grafema como uma oclusiva velar sonora, [g], a norma AGAL, no entanto, reconhece a fricativa pós-alveolar surda, [ʃ], como também correspondente ao grafema "g" diante de [e] ou [i], já que a mudança fonológica mencionada acima é generalizada, sendo possível, dessa forma, ao mesmo tempo manter a grafia "coerente e solidária" (AGAL, 1989, p.62) com as palavras da língua portuguesa e representativas do uso galego. A solução encontrada pela AGAL para este som, por mais exija de os alunos em fase de alfabetização decorar em que contextos devem usar "g", "j" ou "x", torna a língua muito semelhante a outras, enquanto a solução encontrada pela ILG-RAG possa causar estranheza, como ilustra o exemplo abaixo.
    - A palavra "geologia", que possui os correspondentes em inglês "geology", em francês "géologie", e muitos outros semelhantes noutras línguas seria escrita em norma ILG-RAG "xeoloxía", enquanto em norma AGAL "geologia", mas ambas as palavras manteriam a mesma pronúncia, algo próximo a [ʃeolo'ʃiɑ].
- Letra "h" – a discussão (e a divergência) principal presente no Estudo Crítico (AGAL, 1989, p.62) se dá em torno da nomeação da letra, o nome "hache" dado à letra pelas normas ILG-RAG se trataria de "mais um" castelhanismo, ainda que de origem francesa, enquanto à AGAL adota o nome comum com a língua portuguesa "agá", o Estudo Crítico justifica que o nome latino da letra "ahá" se transformaria em "agá" seguindo uma regra evolutiva da língua para contextos parecidos, a de sonorização de consoante intervocálica, como do latim "lacu" para "lago" tanto em galego quanto em português. O Estudo Crítico (2012, p.62) garante que o nome "agá" para letra é comum em galego assim como também encontrado em francês e italiano, e que a escolha pela nomenclatura é pela fácil aceitação de "espanholismos" por parte da norma oficial. Ambas as normas, no entanto, convergem quanto à nulidade da materialidade sonora da letra "h".
- Letra "j" – completamente substituída pelo "x" na norma ILG-RAG; utiliza-se da mesma lógica usada com a letra "g"(no que tange à substituição de [ʒ] por [ʃ]), neste mesmo caso a norma ILG-RAG diverge das demais línguas europeias; a norma AGAL também seguiu

a lógica utilizada para o “g”, reconhecendo o fone [ʃ] como correspondente a “j”, a norma AGAL mantém a confluência com as demais línguas europeias ocidentais enquanto mantém a coerência com a forma etimológica das palavras.

- O nome “Jesus”, por exemplo, também presente de formas muito próximas em diversas línguas, seria escrito em norma ILG-RAG “Xesús”, enquanto em norma AGAL “Jesus”; o nome, como é de se imaginar, seria pronunciado da mesma forma, algo próximo a [ʃe’sus].

- Letra “m” – A discussão em torno dessa letra gira em torno especialmente do seu uso nas nasalizações de final de palavra, de acordo com a norma ILG-RAG (2012, p.21) as terminações nasais em galego são velares, realizadas em como [ŋ], o -n portanto seria a forma mais adequada por manter as formas etimológicas, como león, leonino; o uso de -m é descartado pois, além de divergir do conjunto de línguas europeias, só é usado no português, que não possui uma consoante nasal final própria, representando apenas a nasalização da vogal anterior (ex. cantaram > [kɐ̃ⁿ'taɾɐ̃w], o Estudo Crítico da AGAL (1989, p.69), no entanto, defende o uso de -m final pela continuidade histórica, pela proximidade da velar nasal sonora (como veremos na seção dedidaca ao dígrafo “mh”) e pela coincidência com o “uso luso-brasileiro”.

- O eñe – a discussão entorno do uso do “ñ” se aproxima das discussões acerca dos dígrafos, e está especialmente relacionada ao dígrafo “ll”. O argumento utilizado pela norma ILG-RAG para a adoção do eñe é que a nasal palatal [ɲ] teria origem como uma forma abreviada de “nn” (ILG-RAG, 2012, p.19-20), seguindo a lógica antiga de abreviar as consoantes “n” com um “~”, ainda que afirme (ILG-RAG, p.12) que em galego a origem da palatal esteja ligada, como em português, aos conjuntos NI+vogal, por meio da palatalização, como do latim “SOM**NI**ARE > soñar”, ainda que não deixe explícito a transformação gráfica do “NI” latino para o “nn>ñ” galego. A AGAL, no entanto, afirma que a sua adoção leva em conta exclusivamente a confluência com a norma espanhola, contra-argumentando que

> Dos grupos latinos ll, nn nunca temos na nossa língua resultado palatal, o que si acontece em espanhol (caballu>gal.-port. cavalo, cast. ant. cavallo; canna>gal.-port. cana, cast. ant. canna ou caña). Nesta língua era lógico e legítimo manter as grafias latinas agora habilitadas para os novos valores fonéticos, nom assi entre nós (AGAL, 1989, p.67).

A escolha da AGAL para o uso de “nh” pala a palatal nasal [ɲ] será abordada na seção dedicada às soluções a respeito dos dígrafos.

- Letra “v” - o galego, assim como o castelhano e diferente do português padrão, não possui uma diferenciação clara entre os fones [b] e [v], ambas as línguas simplificam utilizando-se apenas /b/, a diferenciação ortográfica ocorre apenas em consonância com a etimologia de cada palavra, algo que ambas as normas convergem, inclusive a norma castelhana. A divergência ocorre em relação à etimologia tomada, pois, as normas ILG-RAG, propõem que

se deva utilizar o “b cando a palabra latina tiña B , BB ou - P - e *v* cando tiña V , - F - e - PH ” (ILG-RAG, 2012, p.17), enquanto, para a AGAL, retomar a etimologia do latim seria apenas um subterfúgio para, novamente, a ortografia ILG-RAG confluir com a ortografia castelhana. A AGAL propõe que a escolha por “b” ou “v” siga a diferenciação galego-portuguesa medieval, que se aproxima do utilizado no “luso-brasileiro moderno”, tendo em vista que a língua castelhana busca a diferenciação no latim, o que torna a escolha das normas ILG-RAG exatamente correspondentes à espanhola. (AGAL, 1989, p.64). A norma ILG-RAG (2012) dedica um parágrafo que parece rebater sorrateiramente o argumento do Estudo Crítico, A norma afirma (2012, p.16)

> O galego non ten un son labiodental fricativo [v], distinto de [b] e [B], como teñen o francés ou o portugués. Nestas linguas a grafía actual depende da pronuncia: escríbese *b* cando é bilabial (port. *bala, saber, receber, bico, besta, branco*; fr. *boire, bec, bête, blanc*) e *v* cando é labiodental (port. *vala, dever, vinho, viver, povo, cavalo;* fr. *voire, devoir, vin, vivre, cheval*). No galego moderno, como non hai distinción fonolóxica, téndese á distinción gráfica conforme á etimoloxía[...]

O argumento, no entanto, não invalida a crítica da AGAL (1989), pois não há diferença prática em adotar uma distinção etimológica baseada no latim e uma fonológica baseada na língua portuguesa (ou na francesa), mas há aspectos políticos claros na adoção de uma convergência linguística entre os padrões adotados na língua castelhana ou na portuguesa.

- A letra “x” - a única justificativa para a adoção do uso generalizado de “x” nas Normas (ILG-RAG, p.22) é, após uma breve explicação da evolução fonológica galega que eliminou a fricativa pós-alveolar sonora [ʒ] e a sua convergência de uso na surda [ʃ], a de: “que se fixo innecesaria a dobre grafía, pois a pronuncia é sempre [ʃ]. Por iso debemos escribir da mesma maneira” (2012, p.22), o que é frustrantemente pouco para uma escolha tão radical e tão característica do galego escrito moderno.

Os dígrafos apresentados pelas duas normas são, à esquerda referentes à norma AGAL e à direita a proposta ILG-RAG, seguindo a mesma lógica de respeito às nomenclaturas e convenções das obras originais:

Quadro 2: Relação Dígrafo-Fonema

REPRESENTAÇÕES					
AGAL			ILG-RAG		
Dígrafo	Nome	Fonema	Dígrafo	Nome	Pronúncia
ch	cê agá	/ʧ/	ch	ce hache	[tʃ]
gu	gê u	/g/	gu	gue u	[g] (ou [ɦ])
lh	ele agá	/ʎ/	ll	ele dobre	[ʎ] (ou [ɻ])
mh	eme agá	/ŋ/	nh	ene hache	[ŋ]
nh	ene agá	/ɲ/	qu	que u	[k]
qu	quê u	/k/	rr	erre dobre	[r]
rr	erre duplo	/r/	-	-	-
ss	esse duplo	/s/	-	-	-

Fonte: AGAL, 1989, p.184 (à esquerda) ILG-RAG, 2012, p.14 (à direita).

Entre as divergências, a relação dígrafo-nome-fonema/pronúncia em cada norma estão, em ordem descendente:

- Dígrafo "lh" ou o "ll" – Segundo as normas ILG-RAG,

> empezaron a usarse desde o reinado de Afonso III (1248-1279) lh e nh (tomadas da lingua de oc[16]), co valor específico de /ʎ/ e /ɲ/; desta maneira quedaban reservados l e n (ou mesmo ll e nn) para /l/ e /n/. Esta reforma ortográfica debida a Afonso III de Portugal é case descoñecida nos documentos medievais galegos (ILG-RAG, 2012, p.20)

No entanto, o argumento de tornar este dígrafo (bem como o "nh" para /ɲ/), é rebatido pela AGAL, que afirma:

> Existir certo emprego de lh e nh nos documentos medievais galegos, apesar de estarem elaborados em grande parte em «oficinas» castelhanas e serem com freqüência traduçom de originais castelhanos... Ainda máis, frente a outras notaçons gráficas para a palatalidade, o valor de lh e nh nunca é ambíguo: indicam sempre consoante palatal. Exemplos de lh e nh encontram-se em diversos capítulos da *Crónica de Castela* (da cal é editor R. Lorenzo Vázquez); na *Regra da Confraria de Santa Tegra*; a traduçom da *Legenda Aurea*; no *Liuro do Cirial de ssante ilafonso quehe da cõfraria* [sic] *dos cambeadores de Santiago*; em vários documentos do convento de Santa Clara, de Santiago, etc. (AGAL, 1989, p.67-68)

Como se pode perceber a partir das correlações acima, a justificativa para um ou outro uso normalmente parte de uma tradição histórica mais antiga; no entanto, a partir do momento em que se percebe a narrativa histórica como uma construção discursiva e política, cujo argumento histórico torna-se o legitimador com vista a advogar por um ou outro uso, que entram em disputa. Provavelmente utilizou-se ambas (e talvez outras) as formas para representar as consoantes palatais que fogem ao alfabeto latino. Uma sociedade que precede a padronização e

[16] O occitano, língua minoritária do sul da França que possui algum prestígio no período.

normatização da forma escrita normalmente possui diversas "tradições ortográficas" ou "formas tradicionais", como ambas as normas reconhecem que a sociedade galega fora. A escolha por uma ou por outra, portanto, é na verdade uma escolha não só por qual tradição gramatical herdar, mas também por qual narrativa e identidade da língua adotar, entre as justificativas enumeradas pela AGAL para o uso "lh" no lugar de "ll" está

> Harmonizar co outro dígrafo palatal existente, ch, tamém de origem ultra-pirenaica[17], mais nom discutido polos normativizadores, porque o tem o espanhol. Deveriam propor coerentemente cc ou um hipotético c̃, segundo a simplificaçom gráfica de nn em ñ.

- Dígrafo "mh" ou "nh" (para o fone [ŋ]) – Este é fone, uma velar nasal sonora, existe no galego e não no português, o som parece o de um "nh" (uma palatal nasal sonora [ɲ]) formada no mesmo lugar que o [g], as normas ILG-RAG afirmam que os "primeiros textos da época moderna vacilan entre *ua, umha, una, unha* etc., mais axiña se impuxo -nh- como forma única, mantida como tal pola tradición escrita moderna ata a actualidade" (ILG-RAG, 2012, p.22). As normas AGAL, por outro lado, "calam-se" (segundo suas próprias palavras) e citam P. Sarmiento sobre o assunto

> La voz hum-a pide atención. Había de ser una en castellano [...] Así convertimos la N em M para cerrar la boca y abriria para la A, por lo que se había de escribir um-a y pronunciar no u-ma sino um-a. por lo que se había de escribir um-a y pronunciar no u-ma sino um-a.
> Así convertimos la N em M para cerrar la boca y abriria para la A, por lo que se había de escribir um-a y pronunciar no u-ma sino um-a (SARMIENTO, 1970, p.165[18] *apud* AGAL, 1989, p.69)

A partir deste princípio, a AGAL (1989) recusa as formas "nh" para o fone [ŋ], propondo a forma "mh", pela estrita relação descrita acima entre um -m em posição de coda e o entendimento histórico do galego a respeito dessa velar nasal única da língua na região. Além da discussão etimológica, reside, subentendida nessas duas propostas de uso de diferentes dígrafos, as suas semelhanças com o português ou com o castelhano, tomando como exemplo a palavra portuguesa "uma", em norma AGAL se escreveria "umha", em norma ILG-RAG, "unha", e em castelhano "una".

- Dígrafo "nh" – a AGAL (1989, p.67, p.68) justifica seu uso com base em cinco pontos: o de harmonizar-se com outros dígrafos como "ch", o de seguir "os valores gráficos da época trovadoresca em que, com frequência, a letra *h* representava palatalidade da vogal i", as já citadas aparições históricas, junto de "lh", a existência deste dígrafo no que o Estudo Crítico

[17] Também uma referência ao ocitano, ainda escrita dessa forma possa incluir também o francês e até o italiano, já que são línguas cultas que influenciaram as línguas ibérias de além dos Pirineus.
[18] SARMIENTO, M. (1970), Colección de voces y frases galegas (Ediçom e estudo por J. L. Pensado), Salamanca.

(1989) chama de “galego médio”, dentre estes usos cita alguns sonetos e obras de cunho lírico em geral[19], e, por fim, a AGAL afirma a utilização do dígrafo “nh” para o som [ɲ] inclusive no galego moderno

- Dígrafo “ss” - as variedades linguísticas galegas, da mesma forma que o castelhano, não possuem o fone [z], por esse motivo as normas ILG-RAG nem levam em conta a possibilidade de utilizar o mesmo dígrafo da LP (que em tese diferencia os casos em que o grafema “s” corresponderia ao fonema /s/ não ao /z/); a AGAL, por outro lado, propõe o seu uso em perfeita consonância com sua utilização “luso-brasileira” de forma aparentemente injustificada.

Para além das relações entre grafemas e sons, há diversos outros campos ortográficos, de relações entre letras e sons, diferenciam-se quanto ao uso de “ç” e “z”, a AGAL propõe, em convergência com o português, que se utilize “ç” para os sons /s/ com o objetivo de manter a coerência palavras como “cabeça, cabeceira, condiçom, condicionado constituiçom, constitucional naçom, nacionalidade” (AGAL, 1989, p.59), já a norma ILG-RAG, em convergência com o castelhano, utiliza, nalguns casos, o grafema “z” para os sons /s/, como por exemplo “cabeza, cabeceira” - é, no entanto, mais comum a terminação “-ción” nestes casos, terminação esta que tem como “rival”, a contra-proposta “-çom”, da AGAL.

Quanto a normas de acentuação gráfica, a norma ILG-RAG só reconhece uma única forma de acento gráfico, o acento agudo (´), enquanto a AGAL propõe o uso dos três acentos, o agudo (´), o grave (`) e o circunflexo (^).

As normas ILG-RAG justificam a sua escolha por um único acento porque

> isto non nos traería a solución para a indicación das vogais abertas e pechadas, porque a maioría das palabras con e, o aberto non levan acento gráfico segundo as regras de acentuación propostas, e por iso só unha cantidade mínima destas palabras se beneficiaría da distinción entre dúas clases de acento (ILG-RAG, 2012, p.23)

A AGAL (1989) aponta, novamente, que esta escolha apenas faz a norma galega coincidir com a castelhana e, segundo o Estudo Crítico (1989, p.73), seria inclusive imprópria para o idioma galego; a crase, por exemplo, seria assinalada com o acento agudo, da mesma forma que um acento de tonicidade, o que pode gerar confusão, pois a crase é átona, formada de duas partículas átonas. Além dos argumentos pelo uso do acento grave, já mencionados, a AGAL também advoga pelo uso do acento circunflexo para vogais tônicas graves, em convergência com a LP; para a norma ILG-RAG, por outro lado, tais palavras seriam assinaladas da mesma forma que os casos de tonicidade aguda, essa não diferenciação, que não

[19] "Um soneto de D. Isabel de Castro e Andrade e outro de Cornide, bastantes copias do P. Sarmiento” (AGAL, 1989, p.68)

é um problema para o castelhano que não possui diferenciação entre vogais médias altas e médias baixas, para o galego, segundo a AGAL, é.

Quadro 3: Relação Acento Gráfico-Sílaba

	AGAL		ILG-RAG
Tônicas Agudas	´		´
Tônicas Graves	^		´
Crases	`		´

Fonte: AGAL, 1989, p.202 (à esquerda) ILG-RAG, 2012, p.23-24 (à direita).

Outros aspectos bastante curiosos, e de certa forma muito característicos, tanto das propostas quanto das línguas as quais estas propostas se ligam são: as terminações -ción, -sión, em castelhano e em norma ILG-RAG, enquanto em norma AGAL usa-se -çom, -ssom; os pontos de exclamação (!) e interrogação (?), também são um ponto de divergência entre as normas, as formas que, em castelhano, são caracteristicamente utilizados no início das frases de forma invertida (¿) (¡), para "abrir" as perguntas, e são adotados pela norma ILG-RAG, enquanto a norma AGAL, seguindo a LP e diversas outras línguas, utilizam apenas ao final dos períodos, também divergem em exaustivas listas de artigos, nomes, pronomes pessoas, possessivos, relativos, interrogativos, exclamativos, demonstrativos, raízes e concordâncias verbais, conjunções, preposições, sufixos e terminações, o uso de hífen, a divisão silábica, o uso de trema (¨), a forma de muitos sufixos e terminações.

Formas diferentes para representar a mesma língua, que o leitor reparou nas diversas citações; que, em sua diferença, apontam para identidades sociais e consequentemente linguísticas diferentes, que mais tem a ver com a relação política do povo galego que com um suposto apontamento técnico e científico, sobre a melhor forma de se representar a variedade oral. A grafia de uma língua é, nesse sentido, invariavelmente ideológica, e a sua elevação ao posto de norma, reflete mais as características que autoridades normativas escolheram para a língua do que uma forma supostamente "natural" e "ideal" que parece representar a linguagem de uma certa comunidade, a construção histórica e política exposta nas discussão grafemáticas acima demonstra como um olhar crítico a respeito de uma língua e sua faceta oficial pode revelar muito a respeito das ideologias a que estamos condicionados

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pode parecer mais claro neste momento, especialmente após a leitura de citações diretas nas duas normas, a ortografia, ou de forma mais genérica, a forma gráfica que

em que uma língua é escrita, muda a percepção que se tem da língua e, consequentemente dos seus falantes. Cáccamo e Herrero Valeiro (1996, p.146) chegam a afirmar que o sistema de escrita alfabético, na verdade, consistiria num "sistema híbrido alfabético-logográfico", no qual pouco importaria a representação fidedigna dos fonemas empregados na linguagem oral, a aparência das palavras e do texto seria o suficiente para passar, não só a ideia de que a linguagem pretende comunicar, mas uma meta-ideia, sentidos a respeito daquilo que se está escrito, como já é sabido em áreas como a do design, a respeito das diferentes fontes e tipografias, mas é poucas vezes visto, de forma tão clara e politizada, como a respeito da ortografia. Essa capacidade da língua escrita, de passar meta-significações, discursos implícitos na forma como se escreve, permite que, em cenários de conflito político, antes de tudo conflitos de identidade e concepção de mundo, de reivindicações nacionais, de disputas pela autodeterminação, a língua escrita sirva como uma extensão dessa identidade e a norma, neste contexto, é a identidade hegemônica.

Ao trazer essa reflexão para o contexto brasileiro, podemos perceber um paralelo interessante entre a paixão dos autonomistas pela defesa de suas normas e a fervorosa postura dos professores mais tradicionalistas de língua portuguesa no Brasil. É muito comum e perceptível, não apenas no cenário educacional, mas em todos os contextos, perceber como os usos considerados mais "bonitos", corretos e adequados, mais valorizados, da língua são justamente aqueles que divergem dos usos mais brasileiros da língua, que mesmo tão universais no Brasil são, num contexto profissional, técnico ou científico, considerados inadequados, até "feios" ou errados. Essa atitude reflete um tipo de nacionalismo linguístico, no qual os padrões conservadores estrangeiros são valorizados em detrimento de inovações nacionais. O nacionalismo linguístico galego pós-ditadura, em contraste com o nacionalismo espanhol, muito ligado à ditadura, dá uma noção de como os usos conservadores da língua são normalmente valorizados em detrimento dos mais e inovadores no português brasileiro, e nos dá uma breve intuição de o que, em nossa construção histórica e nacional, levou a isso.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA, **Estudo Crítido das Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego (I.L.G. - R.A.G.)** ed.2 , A Corunha, 1989.

CÁCCAMO, Álvarez Celso e HERRERO VALEIRO, Mário J. **O continuum da escrita na Galiza: Entre o espanhol e o português**. Agália. Revista Internacional da Associaçom Galega da Língua no 46, pp. 143-15, A Corunha, 1996.

CASTELAO, Alfonso Daniel Rodríguez. **Sempre em Galiza**, epublibre, 2013.

CASTRO LÔPEZ, Murício. **Manual de iniciaçom à língua galega: sociolingüística, morfosintaxe, ortografia e léxico**. Ferrol: Fundaçom Artábria, 2006.

CONDE, Valéria Gil. **Particularidades da história social da língua galega**. In: *A língua que falamos : português: história, variação e discurso*, 2005.

CONFEDERAÇÃO INTERSINDICAL GALEGA, **Guia elemental para a escrita do Galego: Normativa dos mínimos**. CIG – Normalización lingüística, Santiago de Compostela, ed.2, 1999.

DA TORRE, Matías Rodríguez; SILVA, Xosé Manuel Baamonde. **A repressão franquista na língua galega. A desfeita de uma realidade linguística, cultural e nacional**. Caracol, São Paulo: Universidade de São Paulo, n. 11, 2016.

FOUCES, Oscar Dias. **Apontamentos sobre a socializaçom do reintegracionismo**. In: Agália, Ourense: Associaçom Galega da Língua, n. 67/68, 2001.

GALICIA, **Estatuto de Galicia,** La Asamblea Regional de Ayuntamientos Celebrada em Santiago de Compostela, El Eco de Santiago, Santiago de Compostela, 1932.

HERRERO VALEIRO, Mário. **Ilusões glotopolíticas e planificação linguística na Galiza**. In: Actas do I Simposio Internacional sobre o Bilingüismo: Comunidades e individuos bilingües,Vigo: Universidade de Vigo, 2003.

INSTITUTO DA LÍNGUA GALEGA, REAL ACADEMIA GALEGA, **Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego**, Santiago de Compostela: Galaxia, S. A. ed.23, 2012.

LAGARES, X. C. **O galego em seu labirinto: breve análise glotopolítica**. Letras, Santa Maria, v. 21, n. 42, p. 97-128, jan. /jun. 2011.

LAGARES, X. C. **Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos.** Parábola, São Paulo, 2018.

MONTEAGUDO, Henrique; LAGARES, Xoán Carlos. **Norma e autoridade linguística no galego e no português brasileiro**. LaborHistórico, v. 3, no 2, p. 12-27, 2017. Disponível em: <revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/17123/10424>

MONTEAGUDO, Henrique. **Do uso á norma, da norma ao uso (Variación sociolingüística e estandarización no idioma galego)**. In: ÁLVAREZ, R.; MONTEAGUDO, H. (eds.). Norma lingüística e variación. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Instituto da Lingua Galega, 2005. p. 377-436.

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. A **Reconquista Ibérica: a construção de uma ideologia**. Historia, instituciones, documentos. n. 28, 2001, p. 277-295.

NÚÑEZ SEIXAS, Xosé, **Os nacionalismos na Espanha contemporânea: uma perspectiva histórica e algumas hipóteses para o presente**, Análise Social, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 30(131-132), 489-526, 1995

RODRIGUES, J. Henrique P., **A Escrita e a Norma cara ao Século XXI**, In: Agália, Ourense: Associaçom Galega da Língua, n. 65/66, 2001.

SAVEDRA, Mônica M; LAGARES, Xoán Carlos. P**olítica e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil**. In: SAVEDRA, Mônica M; LAGARES, Xoán Carlos (Orgs.). Revista Gragoatá. Publicação dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. n. 32. Niterói: EdUFF, 2012, p. 11-30.